

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

ROSA LUXEMBURG, OUR CONTEMPORARY

Antonio MOTA FILHO¹
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Resumo: O artigo analisa as principais contribuições de Rosa Luxemburgo ao pensamento econômico marxista, a partir de três obras fundamentais: “O desenvolvimento industrial da Polônia” (tese de doutorado), “Introdução à economia política” e “A acumulação do Capital”. Ao longo dessas obras, Luxemburgo elabora uma crítica original às limitações internas do capitalismo e à sua necessidade permanente de expansão, destacando o papel da violência, do imperialismo e das relações com as economias não capitalistas na dinâmica da acumulação. A autora antecipa reflexões sobre as contradições estruturais da globalização capitalista que permanecem atuais. Na parte final do artigo, argumenta-se que essas formulações de Luxemburgo oferecem chaves interpretativas relevantes para a compreensão das tendências recentes do capitalismo brasileiro, marcado por processos de financeirização, destruição de formas sociais não capitalistas e aprofundamento da dependência externa.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo. Acumulação de capital. Imperialismo.

Abstract: This article examines Rosa Luxemburg’s main contributions to Marxist economic thought, focusing on three key works: The Industrial Development of Poland (doctoral thesis), Introduction to Political Economy, and The Accumulation of Capital. Across these writings, Luxemburg develops an original critique of capitalism’s internal limitations and its permanent need for expansion, emphasizing the role of violence, imperialism, and the integration of non-capitalist economies in the accumulation process. Her insights foreshadow structural contradictions in contemporary capitalist globalization. The final section argues that Luxemburg’s formulations remain highly relevant for understanding recent trends in Brazilian

¹ Professor do departamento de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo. É doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas e realizou um período de estágio na École des hautes études en sciences sociales (EHESS) sob a supervisão de Michael Löwy. Recentemente concluiu pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros, onde estudou a obra do economista brasileiro Celso Furtado durante a redemocratização. Realizou parte da sua pesquisa de pós-doutorado na EHESS. Seus trabalhos tratam de economia política internacional, história econômica contemporânea e história do pensamento econômico – E-mail: antonio.mota@unifesp.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>.

capitalism, particularly financialization, the destruction of non-capitalist social forms, and the deepening of external dependency.

Keywords: Rosa Luxemburg. Capital accumulation. Imperialism.

Introdução

“Tendo definido a crise na qual se está mergulhado como uma crise capitalista de âmbito, enfim, mundial é oportuno que se vá às estantes da imensa biblioteca marxista já imersa na poeira dos tempos e que se pegue nela a obra mais aberta a esse tema: ‘A acumulação do capital’, de Rosa Luxemburgo”

Mário Pedrosa - “A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo”

Compreender a dinâmica do modo de produção capitalista exige mais do que a análise dos preços ou do “mercado”. É necessário apreender o entrelaçamento profundo entre construção e destruição, forças que, longe de se oporem, operam de forma complementar no desenvolvimento histórico do capitalismo. A expansão de mercados, a criação de novas formas de organização do trabalho e o avanço das forças produtivas caminham, muitas vezes, lado a lado com a expropriação de territórios, a devastação de economias não capitalistas e a desestruturação de formas sociais anteriores. Esse movimento contraditório constitui a própria lógica interna do sistema.

Para que essa contradição possa ser plenamente compreendida, é indispensável adotar uma abordagem histórica. A crítica à economia política não pode prescindir da temporalidade concreta e da análise das transformações materiais das sociedades. Os processos econômicos não ocorrem em um vácuo, mas em contextos históricos determinados, atravessados por conflitos de classe, formas de dominação política e lutas sociais. É nessa chave que se revela a relevância da leitura histórica da economia: como forma de desvendar as determinações estruturais e as mediações específicas que moldam o capitalismo em suas diversas fases.

A ideia de que o capitalismo seria um modo de produção natural marca o fundamento de toda interpretação burguesa. O avanço da economia capitalista, a racionalidade capitalista, são inquestionavelmente aceitos como positivos. Quem não quer que a economia avance, é anacrônico. O corolário que se segue é que, quem se opõe ao avanço do capitalismo, bloqueia o progresso e tem que ser destruído. Um autor que articula como a economia capitalista constrói,

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

mas destrói ao mesmo tempo é Walter Benjamin nas teses "Sobre o conceito de história", em que afirma que “nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie” (Löwy, 2005, p. 70). Mas existe uma pista anterior que ele seguiu, alguém que deixou ideias no caminho. Essa pessoa é Rosa Luxemburgo.

A contribuição de Rosa Luxemburgo à teoria econômica se destaca exatamente por sua capacidade de articular construção e destruição em uma perspectiva histórica e dialética. Sua obra não apenas amplia os limites da teoria marxista da acumulação ao considerar a importância das formações sociais não capitalistas, como também evidencia o papel da violência, da guerra e do imperialismo como engrenagens do processo de reprodução ampliada do capital. Ao conectar teoria e história, Rosa Luxemburgo oferece uma leitura crítica e profundamente atual das contradições do capitalismo, revelando como sua expansão implica, simultaneamente, a criação de novas formas de vida e a aniquilação de outras.

A meu ver, entre os autores do período em que o marxismo começava a se estruturar como um conceito e uma perspectiva política – já que Marx não criou propriamente o "marxismo", trata-se de uma elaboração sobretudo da época da Segunda Internacional, com figuras como Karl Kautsky -, Rosa Luxemburgo é quem mais conseguiu superar certa rigidez predominante e introduzir uma dimensão mais dialética à análise. Em sua abordagem, o progresso econômico é visto também como gerador de destruição, e ela ilumina especialmente o papel da violência como elemento incontornável do capitalismo. A obra em que essa reflexão aparece de modo mais desenvolvido é “A acumulação do Capital”, que ela escreveu em 1912 e publicou em janeiro de 1913 (Luxemburgo, 1985; 2023). Há duas maneiras pelas quais eu poderia apresentar esse livro a vocês: uma seria abordá-lo diretamente, analisando sua estrutura, sua forma e suas principais perspectivas.

Eu prefiro, contudo, uma outra abordagem. Queria propor um passeio em três passos sobre a vida e a obra de Rosa Luxemburgo. Ao longo desses passos farei algumas digressões, nas quais podemos nos perder, e, dessa forma, quem sabe, nos encontrar em muitos dos pontos que ela conversa conosco, nos quais ela é atual, que ela tem ecos para a nossa luta, para a nossa realidade. Confesso que sou muito pouco objetivo tratando de Rosa Luxemburgo, porque eu sou profundamente apaixonado por ela. Então, a minha proposta é essa, que nós conversemos e passemos sobre Rosa Luxemburgo até chegarmos nesse livro, um marco importante da obra dela, “A Acumulação de Capital”.

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

1. Rosa ou Róza?

O primeiro passo do nosso passeio é entender quem foi essa mulher. Geralmente, a recepção que se tem no Brasil e na maioria dos países ocidentais, é de uma mulher que começou a escrever a partir de 1898, ano da publicação de “Reforma social ou revolução?”, livro escrito quando ela tinha acabado de se instalar em Berlim. O problema dessa recepção é que se cria a ideia de que Luxemburgo era alemã.

Ela nasceu em outro lugar, Rosa Luxemburgo era polonesa. Ela estava na interseção de dois mundos muito particulares. Um em que ela é Rosa Luxemburgo, ocidental, que estava no centro do capitalismo da Europa ocidental, que era o Império Alemão. Mas tem outra Rosa Luxemburgo, essa polonesa que estava vinculada à questão oriental, a *Róza Luksemburg*.

O que era a Polônia? Trata-se, em primeiro lugar, de um país que não existia. A Polônia foi dividida em três momentos, em 1792, 1793 e 1795. Em 1795, ela deixou de existir. E ela foi ocupada por três potências autocráticas do período: a Prússia, a Áustria e a Rússia. Diversos mapas satíricos da Europa do século XIX retratam a divisão da Polônia. Na figura 01, o país é representado por uma mulher acorrentada a três homens representando Prússia, Áustria e Rússia. A percepção da Rússia como sendo um Estado violento e bárbaro é visível nessa imagem.

Figura 01 – Mapa satírico da Europa - “L'Europa geografico-politica veduta a volo d'oca” (1871)



Fonte: Alamy Images (s.d.)

A Rússia era o grande gendarme daquele período. Em vários textos de Marx e Engels escritos para a Nova Gazeta Renana, há uma dura crítica à ação da Rússia para reprimir as revoluções de 1848, em particular na Áustria (Marx; Engels, 1977).

O que significava para uma pessoa nascer no Reino da Polônia? Significava nascer em uma região que estava sob o domínio de um autocrata, na qual não havia direito algum. Mesmo a ideia de democracia burguesa que tinha surgido na Europa Ocidental, não existia ali.

E isso coloca toda uma questão sobre o próprio socialismo do período: qual que deve ser a atuação dos socialistas frente a um país que não existe mais e que foi dividido entre três potências autocráticas? A Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como a Primeira Internacional, à qual Marx e Engels foram vinculados, nasceu em torno da questão polonesa. Em 1864, houve uma grande revolta no Reino da Polônia, como era

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

conhecida a Polônia russa, que chegou a tomar o poder por um curto período e que propunha a recriação do país.

A revolta ganhou apoio de trabalhadores de diferentes países que se reuniram, em 1864, em Londres em solidariedade aos poloneses. Dessa reunião, surgiu a Primeira Internacional (Musto, 2014). Então qual era o conteúdo da análise de Marx e de Engels sobre a chamada questão polonesa? Ambos foram especialmente favoráveis à independência política da Polônia, algo que se tornou uma espécie de dogma do movimento socialista (Anderson, 2019). No prefácio à edição polonesa de 1892 do Manifesto Comunista, Engels repetiu essa mesma análise: “a restauração de uma Polônia forte e independente [...] é uma causa que não diz respeito só aos poloneses — diz respeito a todos” (Engels, 2005, p. 81).

Curiosamente, ainda que sabidamente fosse uma militante socialista, Luxemburgo se opunha à ideia da recriação da Polônia como país independente. Essa análise já dá o tom do marxismo de Rosa Luxemburgo. Não é porque Marx e Engels disseram algo que isso se torna um dogma que tem que ser repetido de forma acrítica em contextos históricos distintos. Antes de tudo, é preciso analisar a história em seus aspectos materiais, políticos, ideológicos, sociais etc. Luxemburgo chamou atenção para o fato de que a realidade do Império Russo e, em particular, do Reino da Polônia havia se alterado desde as formulações clássicas do marxismo sobre a questão polonesa. A partir da segunda metade do século XIX, a economia polonesa tinha passado por um rápido processo de industrialização, o que tinha gerado transformações importantes na estrutura social da região. Houve um rápido crescimento de algumas cidades, como Łódź, importante polo têxtil, e, com elas, da classe trabalhadora. É esse contexto de intensa industrialização que permite compreender, por exemplo, por que as ideias socialistas começaram a circular primeiro na Polônia do que na Rússia.

O movimento socialista polonês emergiu de forma articulada no final do século XIX, impulsionado por uma juventude politicamente engajada e internacionalista. Em agosto de 1882 foi criado o Partido Socialista Internacional do Proletariado. Seu principal dirigente era Ludwik Warynski, responsável pela linha internacionalista do partido, contrária à independência da Polônia. Em 1884, seus dirigentes foram presos e o partido dissolvido (Ito, 2010).

Em 1888, o movimento foi reorganizado por Marcin Kasprzak, que fundou o Segundo Partido do Proletariado. Rosa Luxemburgo, então estudante, estabeleceu contato com o grupo de Kasprzak em 1887 e participou da fundação desse novo partido. Em 1889, exilou-se na Suíça para evitar a prisão, matriculando-se na Universidade de Zurique, uma das poucas que admitiam

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

mulheres (Ito, 2010). O internacionalismo socialista de Luxemburgo é claramente tributário das formulações do partido Proletariado.

Em julho de 1893, Rosa Luxemburgo e alguns de seus camaradas criaram, em Zurique, a Social-Democracia do Reino da Polônia (Socjaldemokracja Krolestwa Polskiego – SDKP) e lançaram o jornal “Sprawa Robotnicza” (A Questão Operária), cuja sede ficava em Paris. Em agosto daquele ano, o partido designou Luxemburgo como delegada ao Terceiro Congresso da Internacional Socialista, marcando sua estreia no socialismo internacional (Ito, 2010, p. 9).

Os primeiros escritos de Luxemburgo tratam, em sua maioria, da questão polonesa e da crítica à posição de Marx e Engels. É relevante mencionar, em particular, sua tese de doutorado, defendida em 1º de maio de 1897, na Universidade de Zurique, intitulada “O desenvolvimento industrial da Polônia” (Luxemburg, 2007b). Trata-se do ponto de culminância de longa reflexão sobre o desenvolvimento econômico na Polônia e suas consequências políticas, o qual a autora se dedicava desde 1893.

Para Luxemburgo, a trajetória socioeconômica das regiões que compunham o antigo reino da Polônia levou à sua incorporação orgânica aos três grandes Estados que as haviam anexado, gerando, em cada uma delas, interesses e tendências políticas próprias. A grande indústria da Polônia do Congresso só pôde surgir e se desenvolver em função de sua convivência política com a Rússia, relação que estabeleceu um forte vínculo econômico entre os dois países.

Este laço foi ainda reforçado por uma política deliberada do governo russo, que promoveu o crescimento da indústria polonesa, tanto para conquistar o apoio da burguesia local em favor do projeto de russificação, quanto para atender aos interesses mais amplos do próprio império. Nesse cenário, a reivindicação por um Estado capitalista polonês autônomo carecia de qualquer fundamento concreto, uma vez que tal projeto se chocaria com a lógica objetiva do desenvolvimento capitalista já em curso. Assim, o patriotismo polonês não dispunha de substrato material, sendo apenas uma aspiração idealizada da antiga nobreza polonesa (Luxemburg, 2007a). Como mencionou em sua tese:

os nacionalistas poloneses viam nesse processo uma grande tragédia nacional, que minava suas esperanças de restauração de um Estado polonês independente. Embora percebessem a força desses laços econômicos, tentavam negá-los no plano imaginário e depositam suas esperanças no eventual colapso do desenvolvimento capitalista promovido pelo próprio governo russo (Luxemburg, 2007b, p. 210, tradução nossa).

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

Contudo, ao impulsionarem o desenvolvimento da economia capitalista, um aspecto escapava à percepção política da burguesia russa, da burguesia polaca e do czarismo. Para Luxemburgo, mais cedo ou mais tarde, o avanço das forças produtivas e os interesses das próprias classes dominantes entraria em choque com a autocracia czarista, que poderia ruir pela ação dessas mesmas forças que ajudou a fomentar. Haveria uma contradição crescente entre a expansão do capitalismo e a manutenção do absolutismo (Luxemburg, 2007b).

Essa perspectiva se apoiava no fato de que o desenvolvimento do capitalismo na Polônia gerou uma nova classe social, o proletariado industrial, cuja condição objetiva a conduziria inevitavelmente à luta contra o absolutismo. Essa luta, por sua vez, estaria baseada na solidariedade de classe entre os trabalhadores poloneses e russos, em contraposição à solidariedade da burguesia russa e da burguesia polonesa. Assim, a integração capitalista entre Polônia e Rússia tenderia a resultar, em última instância, não no fortalecimento do czarismo ou da burguesia polonesa, mas na união do proletariado de ambos os países, que poderia impulsionar a superação do absolutismo russo e do próprio capitalismo russo-polonês (Luxemburg, 2007b).

Não se pode deixar de perceber certo economicismo, típico do marxismo da Segunda Internacional. Facilmente se consegue perceber a ideia de “base” e “superestrutura” na argumentação de Luxemburgo: mais avanço do capitalismo significa um proletariado maior, que atuará pela revolução socialista. Gostaria apenas de ressaltar que o economicismo não é a única perspectiva presente em sua análise. Concordo com meu querido mestre, Michael Löwy, quando afirma que “o que salva seu argumento de um economicismo fatalista é a pedagogia revolucionária da ação” (Löwy, 2022, p. 60). Ainda que o sentido do desenvolvimento capitalista abra a possibilidade de um novo modo de produção, a ação política da classe trabalhadora é o elemento central para a superação do capitalismo.

Não é difícil perceber que, para Luxemburgo, mais importante que as conclusões de Marx e Engels era o método de análise que ambos desenvolveram. Respondendo aos socialistas poloneses que reproduziam os argumentos dos fundadores do socialismo científico para manter a palavra de ordem da independência da Polônia, ela afirma que “Se alguém transforma em dogma do socialismo essas afirmações sobre a reconstituição da Polônia, querendo assim jogar a culpa do programa social-patriótico em Marx e Engels, corre o risco de que se volte contra ele mesmo a palavra de Marx” (Luxemburg, 2007c, p. 32, tradução nossa).

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

Em 1903, ela publicou um texto chamado “Karl Marx”, em que explicita sua relação com as ideias Marx e Engels e o desafio que elas representam para os socialistas. Ela diz o seguinte:

O medo constrangedor de se desviar do terreno do marxismo durante o pensamento pode, em alguns casos, ter sido tão desastroso para o trabalho intelectual quanto o outro extremo, o esforço constrangedor de justamente, por meio do abandono completo do modo de pensar de Marx, provar a qualquer custo a autonomia do próprio pensamento (Luxemburgo, 2011, p. 132).

Queria chamar a atenção para um detalhe importante sobre o funcionamento da economia capitalista levantado por Luxemburgo em sua tese. Ela diz o seguinte:

É uma lei imanente do modo de produção capitalista que aspira a ligar gradual e materialmente os lugares mais distantes, a colocá-los em mútua dependência econômica e finalmente a transformar todo o mundo em um único mecanismo de produção firmemente montado (Luxemburg, 2007b, p. 209, tradução nossa).

Na citação em questão, Rosa Luxemburgo formula uma concepção profunda sobre a dinâmica expansiva e totalizante do capitalismo. Ela identifica, no próprio funcionamento interno desse modo de produção, uma tendência irresistível à integração mundial. O capitalismo, ao buscar incessantemente novos mercados, matérias-primas e espaços de valorização, rompe fronteiras geográficas e culturais, e transforma relações econômicas locais em peças de uma engrenagem global. Essa hipótese, lançada no epílogo da sua tese, vai aparecer desenvolvida vários anos depois, primeiro nas suas aulas para a Escola do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), e, sobretudo, em “A Acumulação do Capital”.

É importante apontar uma crítica à ideia de “dependência mútua”. Não é verdade que, por exemplo, a economia brasileira dependa tanto da economia chinesa quanto a economia chinesa depende da economia brasileira. As duas estão ligadas economicamente, mas não existe uma dependência mútua. Nas formulações posteriores de Luxemburgo, essa ideia de “mútua dependência” é substituída pela percepção de uma assimetria estrutural de poder, marco inerente ao imperialismo.

A primeira parada do nosso passeio nos trouxe à vida e à obra da “jovem Rosa”. Nascida em 1871, alguns dias antes da explosão da Comuna de Paris, Luxemburgo se vincula ao socialismo e às ideias de Marx e Engels, o que não a impede de criticá-las. Esse é um ponto fundamental: o marxismo para ela não era simplesmente a repetição dogmática das conclusões

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

elaboradas pelos fundadores do marxismo. Ao criticar, Luxemburgo faz prova da sua capacidade de criar.

2. Gênese e desenvolvimento de “A Acumulação do Capital”

Agora podemos fazer o segundo passo do nosso percurso e chegarmos ao livro “A Acumulação do Capital”. Em 1907, um episódio marcante possibilitou a Rosa Luxemburgo um aprofundamento decisivo em suas reflexões sobre a crítica da economia política. No ano anterior, em 1906, a comissão de educação do SPD havia criado a Escola do Partido, da qual Luxemburgo foi convidada para ser professora.

O curso proposto por Luxemburgo tinha como um de seus principais objetivos apresentar as formulações centrais de Marx sobre a economia. Porém, a autora foi além: articulou essas concepções com investigações históricas e antropológicas sobre a expansão do capitalismo em distintas regiões do mundo. Sua inventividade e ousadia teórica, já visíveis desde seus primeiros escritos, encontraram pleno desenvolvimento no contexto da Escola do Partido.

Uma parte importante do material utilizado por Luxemburgo em suas aulas foi posteriormente reunida e publicada por seu advogado, Paul Levi, em 1925, sob o título “Introdução à economia política”. É possível perceber que, em suas aulas, Luxemburgo retoma a ideia do funcionamento mundial da economia capitalista: “O que distingue o modo de produção capitalista dos modos de produção anteriores, é a sua tendência interna a estender-se a toda a terra e a expulsar qualquer outra forma de sociedade mais antiga” (Luxemburgo, 1977, p. 344). Essa constatação, no entanto, trazia implicações que colocavam em xeque determinados aspectos das formulações de Marx, sobretudo na Parte Terceira do Livro II de “O Capital”, onde Marx havia examinado a reprodução e a circulação do capital social em sua totalidade. Nos esquemas de reprodução apresentados por Marx, o capitalismo era concebido como um sistema fechado, composto apenas por burguesia e proletariado — uma hipótese com a qual Luxemburgo não concordava.

Por um lado, as reflexões que desenvolveu ao longo dos cursos na Escola do Partido permitiram a Luxemburgo consolidar sua visão a respeito da trajetória histórica do capitalismo. Por outro lado, evidenciaram a necessidade de reexaminar “O Capital” com atenção renovada e de propor as correções que julgava necessárias à obra de Marx. Foi nesse contexto que, em

1912, Luxemburgo decidiu interromper temporariamente suas atividades na Escola do Partido para se concentrar na redação de um novo livro de economia: “A Acumulação do Capital”.

Aqui eu percebo de novo a ousadia dessa mulher de criticar um livro que era muito importante para a perspectiva política à qual ela se vinculava e de propor uma solução. Esse aspecto foi muito bem percebido por Paul Singer, um dos principais intérpretes de Rosa Luxemburgo no Brasil. Nos arquivos dele, que estão no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, há uma edição de 1922 de “A Acumulação do Capital”. Em 2009, ele deu uma entrevista muito interessante à professora Isabel Loureiro, na qual ele disse assim:

Eu me tornei um luxemburguista teórico, quando me tornei economista e tive a ocasião de ler “A acumulação do capital”. Aí foi outra abertura maravilhosa também, porque era uma discípula de Marx que ousava não só criticar Marx, mas mostrar um erro dele, um erro de abordagem – não era pouca coisa, não era um engano. [...] Então esta ousadia intelectual e política de Rosa também foi uma coisa importante para mim. Mas eu me convenci ao estudar “A acumulação do capital”, que basicamente não só ela tinha razão, mas ela fez uma descoberta importantíssima, que é exatamente o papel vital que a chamada “fronteira não-capitalista” desempenhava no processo de acumulação (Singer, 2009, p. 14).

Paul Singer foi o autor do excelente prefácio à edição “A Acumulação do Capital” publicada pela coleção “Os Economistas”, da editora Abril. Recentemente, foi publicada uma nova edição, pela Civilização Brasileira, baseada na tradução do Moniz Bandeira. Eu escrevi o prefácio para essa nova edição, que eu chamei de “Rosa Luxemburgo ou a ousadia e a criatividade da crítica”. O título do texto é livremente inspirado na fala de Singer, que percebeu a relevância da crítica e criatividade de Luxemburgo.

Agora, eu queria ler com vocês o que foi o processo de criação desse livro, o que foi para ela escrever “A Acumulação do Capital”. Nas cartas dela aparece isso, eu queria rapidamente ler com vocês alguns trechinhos. Uma das vantagens de ler Rosa Luxemburgo é que a gente tem muito acesso às cartas pessoais dela. Aqui eu tenho a citação de uma carta que ela escreve de dentro da prisão. E olha aqui o que ela, da fortaleza de Wronke, escreve ao seu amigo Hans Diefenbach, no dia 12 de maio de 1917:

Eu bem sei, pequeno Hans, que escrevo minhas obras sobre a economia para seis pessoas. Mas no fim das contas, escrevo-as apenas para uma só, para mim mesma. O tempo em que escrevi “A Acumulação [do Capital]” foi dos mais felizes da minha vida. Vivia verdadeiramente como que em êxtase, não via dia e noite, se não esse único problema que se desenvolvia diante de mim de maneira tão bela, e não sei dizer o que me deu mais alegria: o processo de reflexão, durante o qual eu revirava uma questão complicada, enquanto passeava de cá para lá no meu quarto, sobre os olhares

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

atentos de Mimi [a gata dela, por quem era completamente obcecada] que ficava deitada sobre a toalha vermelha aveludada da mesa com as patinhas cruzadas me acompanhando para cá e para lá com sua cabecinha inteligente; ou a composição, a construção da forma literária com a pena na mão (Loureiro, 2018, p. 274).

Em três meses, de setembro de 1912 a dezembro de 1912, ela sentou e escreveu esse livro, que é o principal livro teórico dela. Em janeiro do ano seguinte, o livro estava impresso. Há um aspecto interessante e, por vezes, esquecido, que é o subtítulo do livro: “Contribuição ao estudo econômico do imperialismo”. Olha, como ela vai vincular um problema que ela via na teoria do Marx com o imperialismo, que é uma questão que estava posta ao socialismo do período. O [John A.] Hobson já tinha escrito sobre isso, o [Rudolf] Hilferding já tinha escrito sobre isso. Ela vai, sobretudo, desenvolver uma análise de conteúdo histórico que, segundo seu entendimento, faltou às formulações de Marx no livro II de “O Capital”.

Ora, o que move a economia capitalista é a busca do lucro. O capitalista entra com alguma quantidade de dinheiro no começo do processo produtivo e ao final ele quer mais. A forma dele chegar a mais dinheiro no fim é a partir da produção e, em seguida, a venda de mercadorias, momento em que é realizada a mais-valia. Para aumentar sua produção no período seguinte, o capitalista precisa reinvestir parte do lucro que teve anteriormente, o que Marx chamou de reprodução ampliada do capital ou, mais simplesmente, acumulação de capital.

Trata-se, portanto, de uma operação que tem três fases. Primeiro, eu produzo, depois preciso vender a mercadoria para ter lucro em forma de dinheiro e, em seguida, é preciso reinvestir. Na hora da venda, surge uma questão importante: de onde vem a demanda para tudo isso? Se eu preciso gerar cada vez mais mercadoria para ter mais lucro, quem é que vai comprar essa produção a mais? A classe trabalhadora não vai comprar mais, porque ela ganha um salário de subsistência. Tampouco a burguesia vai comprar essa mercadoria a mais, porque se a burguesia consome todo o seu excedente, ela não vai investir, ela não vai acumular. Temos um problema que não tem solução.

Dentro da perspectiva do Marx, a pergunta “de onde vem a demanda que vai comprar cada vez mais mercadorias”, não tem solução. A resposta de Luxemburgo é fulminante:

O esquema marxista da reprodução ampliada não consegue explicar-nos, pois o processo de acumulação da maneira como ele realmente ocorre e como se impõe historicamente. Qual razão? Devido a nada mais que os próprios pressupostos do esquema. Esse esquema procura descrever o processo de acumulação partindo do pressuposto de que os capitalistas e os operários são os únicos representantes do consumo social. [...] Esse pressuposto constitui um recurso teórico; na realidade não

existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista (Luxemburgo, 1985, p. 239).

O modo de produção capitalista só consegue se reproduzir porque ele precisa a cada momento de regiões não capitalistas. Ele precisa impor a sua economia, ele precisa levar essas mercadorias para regiões não capitalistas. Aí que está colocado o segredo dessa demanda a mais que surge. Mas aqui também ela expõe um paradoxo gigantesco. Se eu preciso de regiões não capitalistas para reproduzir o capitalismo, à medida que o capitalismo avança, o espaço não capitalista, obviamente, vai diminuir. Logo a tensão na competição pela conquista dessas regiões aumenta. As grandes potências, vão se lançar com toda a violência para conquistar os espaços não capitalistas que sobram.

Isso é o Imperialismo. Ela está olhando para o papel estrutural que a violência cumpre na economia capitalista: o processo de imposição e reprodução da economia capitalista nas regiões não capitalistas é um vetor permanente de violência. Luxemburgo reconhece uma continuidade do seu argumento com o que Marx desenvolveu no capítulo 24 de “O Capital”, na “[Assim chamada] Acumulação Primitiva”. Contudo, “uma vez apresentada sua análise teórica do processo capitalista - da produção e da circulação - volta continuamente a insistir no pressuposto, ou seja, no domínio geral e exclusivo da produção capitalista” (Luxemburgo, 1985, p. 250).

O livro de Luxemburgo é composto por três partes. As duas primeiras são uma grande revisão da história do pensamento econômico. Na primeira, ela analisa importantes autores da economia política clássica como Adam Smith, Malthus e Simonde de Sismondi. Na segunda, ela analisa o pensamento econômico russo, em particular, o chamado “marxismo legal”. A terceira parte é a principal e, nela, Luxemburgo desenvolve seu argumento sobre o imperialismo, em que se nota, em particular, uma fina análise histórica.

Como avançou o capitalismo, por exemplo, na Argélia “francesa”? Pela baioneta. Como foi construído o Canal de Suez? Pela violência. Um marco da violência da fase imperialista do capitalismo são os empréstimos internacionais. Para construir o Canal de Suez e fazer avançar a economia capitalista naquele período, um conjunto de empréstimos britânicos e franceses foram concedidos ao Egito. A justificativa oficial era modernizar a economia egípcia. O resultado concreto, contudo, foi bastante diferente. Endividado, o Egito precisou abrir mão do controle das suas finanças públicas, que passaram a ser administradas por representantes do Reino Unido e da França. Ela afirma, muito precisamente, que a Comissão da Dívida Pública

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

Egípcia sugou “até a última gota do sangue do Felá” (Luxemburgo, 1985, p. 298). Nada muito distinto, por exemplo, do que aconteceu na América Latina nos anos 80, nada muito distinto do que aconteceu na Grécia, na segunda década do século 21.

Um importante economista da Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres, Jan Toporowski, afirma que é possível encontrar, em “A acumulação do capital”, uma análise do papel das finanças, ainda que fosse secundária dentro do argumento principal da obra. Ainda assim, ali há elementos críticos suficientes para garantir um lugar para Luxemburgo entre os pioneiros das finanças críticas (Toporowski, 2009, p. 81). Essa é apenas uma das evidências de que sua formulação ainda conversa com a atualidade.

Um dos capítulos mais interessantes da obra é justamente o que trata do protecionismo econômico. Nele, Rosa Luxemburgo enfatiza, de modo particularmente incisivo, o papel da violência como um vetor central no imperialismo. Ela chega a definir o imperialismo de forma extremamente crua, sintetizando essa visão na seguinte frase, de grande importância: “A violência política é apenas o veículo do processo econômico” (Luxemburgo, 1985, p. 309).

Outra variável central na sua análise é o militarismo, cujas consequências não se limitavam à atuação do Estado em sua política externa de caráter expansionista, estendendo-se igualmente ao plano interno. De um lado, setores da burguesia lucravam com a venda de insumos destinados ao aparato militar, ampliando suas margens de lucro; de outro, o nacionalismo chauvinista influenciava negativamente a consciência da classe trabalhadora. Ao promover a ideia de uma identidade nacional homogênea, o militarismo, em estreita ligação com o nacionalismo, desviava a atenção das desigualdades sociais, redirecionando o antagonismo de classe para a figura de “inimigos externos”, contribuindo para a fragmentação das lutas operárias. Ademais, o fortalecimento do militarismo criava condições para o endurecimento do controle estatal e para o recrudescimento da repressão sobre os trabalhadores e suas organizações (Luxemburgo, 1985, p. 312).

As compras militares mostram como o Estado atuava, em aliança com os grandes oligopólios, para gerar demanda na economia. Ao recorrer ao endividamento e à majoração de impostos indiretos, o Estado conseguia financiar essas compras, repassando os recursos captados sobretudo do bolso da classe trabalhadora e transferi-los para o setor militar (Luxemburgo, 1985, p. 318-320). Esse processo contribui para impulsionar a atividade econômica, ajudando a explicar o que se convencionou chamar de keynesianismo militar, que

se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial. Quanto mais se investia em armamentos, mais a economia era estimulada.

3. Os ecos de Luxemburgo na atualidade

A terceira e última parada do nosso passeio nos traz aos ecos das formulações de Luxemburgo na contemporaneidade. Não hesito em afirmar que Luxemburgo foi a marxista menos eurocêntrica do seu período. Em suas formulações, ela lança luz sobre as lutas dos povos daquilo que hoje se chama do Sul Global, os povos da periferia do capitalismo. Falar do progresso do capitalismo, do avanço da economia, de um lado, significa falar do outro do massacre das pessoas que sofreram esse progresso. Significa falar, de forma concreta do caso do Brasil, que virou “O Agro é pop, o Agro é tech, o Agro é tudo”, do massacre dos povos originários, que não ficou só lá atrás, que se reproduz a cada momento. É um dos preços do progresso.

A luta dos povos que sofreram com o progresso sempre mereceu a atenção de Luxemburgo. Com isso, ela explicita que o mercado não é um vetor de progresso econômico harmônico, como diz a melhor teoria econômica neoclássica. Enquanto os economistas oficiais olham para o acúmulo de riquezas gerado pelo capitalismo, Luxemburgo volta sua atenção ao acúmulo de ruínas deixado por ele. Essa percepção “a contrapelo da história” está muito presente na “Introdução à economia política”, mas sobretudo na “A Acumulação do Capital”.

Sobre o papel da violência na reprodução do capitalismo, queria mencionar o livro de Heide Gerstenberger, “Mercado e violência: o funcionamento do capitalismo na história”, que ganhou o Prêmio Isaac Deutscher de 2023 (Gerstenberger, 2023). Ainda que haja poucas menções às obras de Rosa, em sua extensa e profunda pesquisa histórica, Heide Gerstenberger analisa o mesmo mecanismo da violência estrutural do capitalismo, sobre o qual Luxemburgo já havia chamado atenção mais de cem anos antes.

Desnecessário dizer que a violência se faz mais explícita no capitalismo dependente. No caso recente do Brasil, durante o governo Bolsonaro, não foi difícil perceber como o Estado agiu como planejador e agente da violência para facilitar a acumulação do capital. Mais uma vez, parte importante do peso dessa violência recaiu sobre os povos indígenas e quilombolas, cujas reservas territoriais eram vistas como um obstáculo ao progresso da economia. Logo após sua posse, em um “tweet” do dia 02 de janeiro de 2019, o então presidente afirmou que: “Mais

de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar todos os brasileiros”. O que se esconde por trás do discurso de “integrar” os povos indígenas e quilombolas é a vontade de impor o formato plenamente da economia em seus territórios e “passar a boiada”, apoiando a expansão do agronegócio.

Ou seja, Luxemburgo é uma pessoa que dialoga profundamente com o Brasil. Michael Löwy menciona que sempre houve uma “corrente subterrânea luxemburguista” no Brasil (Löwy, 2009, p. 44). Ainda que ache essa hipótese um tanto exagerada, eu a reproduzo, porque me apoio nos ombros do meu mestre.

O primeiro elemento dessa corrente luxemburguista foi Mário Pedrosa, jornalista, crítico de arte e militante socialista que, nos anos 1940, traduziu e publicou no jornal “Vanguarda Socialista” o texto “A revolução russa”, que só foi publicado na União Soviética em 1991, seu último ano de existência. Nos anos 1970, ele escreveu “A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo”, livro no qual apresenta uma abordagem “terceiro-mundista” da obra de Luxemburgo (Karepovs, 2017, p. 169). Vejamos como ele atualiza a reflexão sobre os espaços não capitalistas:

O que resta ainda desse mundo? Os confins tropicais da África, as florestas da Amazônia (as maiores reservas de oxigênio que ainda restam à humanidade cada dia mais abafada), as sierras da América Latina e seus pampas, os extremos longínquos da terra, a Ásia de povoamentos confusos, perdidos no tempo e no espaço, os mares que envolvem os continentes, onde repousam as últimas esperanças das potências em processo de perda de suas velhas riquezas coloniais (ele está falando de petróleo, dessas velhas riquezas de petróleo), de substituição delas pelos novos monopólios nos futuros impérios coloniais submarinos (Karepovs, 2017, p. 169).

Um movimento que é profundamente luxemburguista é o MST. Esse ano, eu dei um curso na Escola Nacional Florestan Fernandes, junto à professora Isabel Loureiro, sobre a guerra, intitulado “Guerra à guerra”, uma palavra de ordem clássica do socialismo, e que nos ajuda a pensar nas diferentes guerras que estão postas hoje.

Queria também deixar algumas sugestões de leituras futuras para vocês se apaixonarem por Rosa Luxemburgo. Uma delas é o livro “Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política”, do pesquisador argentino Hernán Ouviaña, que está disponível no site da Fundação Rosa Luxemburgo, assim como vários outros textos de e sobre Luxemburgo. Vejamos o que Ouviaña escreve:

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

o sugestivo da questão levantada por Rosa é que ela não interpreta a acumulação originária exclusivamente como um “momento” circunscrito em termos históricos (por exemplo, o ocorrido e culminado na Inglaterra séculos atrás), e sim enquanto processo permanente que se reimpulsiona e se atualiza na esteira das crises e reestruturações periódicas do capitalismo como sistema global, particularmente em realidades e territórios como os da América Latina (Ouviña, 2021, p.61).

Pensar essa “acumulação primitiva permanente” significa pensar, por exemplo, que a privatização da água de uns, é o lucro de outros. Extrair direitos de uns, é o progresso econômico de outros. Significa pensar que o avanço do extrativismo mineral, que gera um grande lucro para grandes oligopólios transnacionais, como a Vale, também gera crimes sociais e ecológicos como os de Brumadinho e Mariana.

Outro exemplo é o de Moçambique, onde a Vale explorava uma grande mina de carvão, um acordo obtido com a ajuda ativa do governo Lula e do Itamaraty (Rossi, 2015, p. 93). O lucro da Vale é o outro lado do conjunto de destruições que ficaram em Moçambique devido à expansão desse extrativismo. Mais de mil famílias precisaram ser retiradas de onde moravam para que a Vale pudesse iniciar as operações da sua mina em Moatize (Rossi, 2015, p. 123).

Significa pensar que para você criar oferta de energia para o desenvolvimento econômico, por exemplo, com a usina hidrelétrica de Belo Monte, você precisa destruir um conjunto de comunidades indígenas que estavam ali no entorno

E, por fim, gostaria de sugerir o livro “Patriarcado & Acumulação em escala mundial”, da socióloga alemã, Maria Mies, que faleceu há pouco tempo e que era uma importante representante da chamada “Escola de Bielefeld”. Esse livro, original de 1986, foi traduzido para o português recentemente pelo coletivo Sycorax, o mesmo grupo que fez a tradução do “Calibã e a Bruxa”, de Silvia Federici. Trata-se de uma interpretação feminista das ideias de Luxemburgo, na qual as mulheres cumprem o papel das regiões não capitalistas. Vimos que o capitalismo precisa de regiões não capitalistas para se reproduzir. Ora, um formato não capitalista é o trabalho da mulher, que não é pago e que tem um papel muito importante dentro da reprodução da sociedade.

Figura 02 – Barricadas feitas de rolo de papel diante da sede da editora Mosse.



Fonte: Didi-Huberman (2021)

Queria acabar esse nosso passeio com uma última imagem, tirada pelo fotógrafo Willy Römer, no dia 11 de janeiro de 1919. Nessa época, estava em curso a Revolução Alemã, que teve diferentes fases, mas que vai, grosso modo, de novembro de 1918 a 1923 (Loureiro, 2005). Em janeiro de 1919, a luta se radicalizou e parte do movimento via a luta armada como a única saída possível, mas pairava grande incerteza sobre os caminhos concretos a seguir. Os próprios líderes revolucionários não ofereciam orientações claras, deixando um vazio que rapidamente foi preenchido pelas forças da contrarrevolução. À frente destas, o governo social-democrata atuou para restaurar “a ordem” na capital e combater os revolucionários. Sem disfarçar sua oposição à revolução, o então Ministro da Defesa, Gustav Noske, responsável pela repressão no período, registrou o seguinte comentário em suas memórias: “Alguém precisa ser o carniceiro sanguinário; não temo essa responsabilidade” (Loureiro, 2005, p. 77).

O episódio dessa foto é emblemático: os trabalhadores invadiram a sede do jornal “Vorwärts”, o principal da social-democracia alemã. Por poucos dias, o jornal foi publicado

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

como “órgão dos operários revolucionários da grande Berlim” e exigiam a queda do governo social-democrata e a radicalização da ação das massas (Loureiro, 2005, p. 79).

Na noite de 8 de janeiro, as negociações entre governo e revolucionários foram abruptamente interrompidas, o que abriu caminho para a repressão. Sob o pretexto da defesa da “liberdade de imprensa”, o governo estabeleceu como condição para reabrir o diálogo a evacuação das sedes dos jornais, com destaque para o “Vorwärts” (Loureiro, 2005, p. 80).

No sábado, 11 de janeiro, sob forte chuva, Noske entrou em Berlim à frente das tropas dos corpos francos (“Freikorps”), milícia de extrema-direita, determinado a esmagar os focos restantes de insurreição. O confronto mais intenso ocorreu logo nesse primeiro dia, durante a retomada da sede do “Vorwärts”, que foi bombardeada com tiros de canhão (Loureiro, 2005, p. 81). Para se protegerem do ataque das tropas do governo, os revolucionários retiraram as bobinas de papel e as utilizaram como barricadas. Uma barricada de papel. Didi-Huberman faz um interessante paralelo entre a barricada de papel e as ideias de Luxemburgo.

Jornais, revistas e livros são barricadas de papel. Para o melhor ou para o pior. Um jornal que se barricou por trás de suas certezas e sua prática de mentir para sacrificar tudo para um fim político cego, eis o pior. Isto é o que os Spartakistas não perdoaram ao órgão oficial do Partido Social Democrata Alemão, o Vorwärts, porque ele se tornou muito rapidamente o próprio instrumento de mentiras contra-revolucionárias: uma imprensa que se tornou “burguesa” [...] Barricadas de papel: isto é o que teve que ser erguido em janeiro de 1919 para defender a ocupação do Vorwärts. As fotografias de Willy Römer tiradas em 11 de janeiro de 1919 em frente à gráfica Mosse em Schützsenstrasse dão uma idéia do frágil poder que animou a insurreição Spartakista no “bairro dos jornais” de Berlim. Era frágil porque era feita de papel: em outras palavras, uma armadura muito fraca contra a artilharia dos Freikorps equipados e treinados que a atacavam, daí sua inevitável derrota militar. Mas também era poderosa porque era feita de papel: o que poderia ser melhor do que papel para voar por toda parte, para espalhar, para ser impresso, para ser copiado, para permanecer (Didi-Huberman, 2021, p. 190).

Hoje a gente pode falar de Rosa Luxemburgo que conversa com a gente em diferentes idiomas e sotaques, que nos ajuda a pensar a criatividade, que nos ajuda a pensar a mineração, que nos ajuda a entender a relação de destruição e criação, é porque esse papel com as ideias de Rosa Luxemburgo voou em muitos lugares, chegou em muitos corações e almas. E fala com a gente até hoje. E era isso que eu queria conversar com vocês. Muito obrigado.

Referências

- ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imaginer recommencer**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2021.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição polonesa de 1892. In: MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GERSTENBERGER, Heide. **Market and Violence: the Functioning of Capitalism in History**. Londres: Brill, 2023.
- ITO, Narihiko. Is the national question an aporia for humanity? How to read Rosa Luxemburg's "The national question and autonomy". **The National Question and the Question of Crisis**. Buffalo, v. 26, p. 3-68, 2010.
- KAREPOVS, Dainis. **Pas de politique Mariô! Mario Pedrosa e a política**. São Paulo: Ateliê, 2017.
- LÖWY, Michael. **Aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LÖWY, Michael. **A atualidade latino-americana de Rosa Luxemburgo**. In: I. Loureiro (Org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2009. p. 34-48.
- LÖWY, Michael. **Rosa luxemburgo: a fagulha incendiária**. São Paulo: Alameda, 2022.
- LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: Cartas**. v. 3. São Paulo: Unesp, 2018.
- LOUREIRO, Isabel. **A revolução alemã**. São Paulo: Unesp, 2005.
- LUXEMBURG, Rosa. **Bericht an den III. Internationalen Sozialistischen Arbeiterkongreß in Zürich 1893 über den Stand und Verlauf der sozialdemokratischen Bewegung in Russisch-Polen 1889–1893**. In: LUXEMBURG, Rosa. **Gesammelte Werke Bd. 1.1**. Berlin: Dietz, 2007a. p. 5-13.
- LUXEMBURG, Rosa. **Die industrielle Entwicklung Polens**. In: LUXEMBURG, Rosa. **Gesammelte Werke Bd. 1.1**. Berlin: Dietz, 2007b. p. 113-216.
- LUXEMBURG, Rosa. **Neue Strömungen in der polnischen sozialistischen Bewegung in Deutschland und Österreich**. In: LUXEMBURG, Rosa. **Gesammelte Werke Bd. 1.1**. Berlin: Dietz, 2007c. p. 14-36.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ROSA LUXEMBURGO, NOSSA CONTEMPORÂNEA

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. Paralisia e progresso do marxismo. In: I. Loureiro (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. v. 1. São Paulo: Unesp, 2011. p. 131-140.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx/Engels Collected Works**, v. 9. Moscou: Progress Publishers, 1977.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial: Mulheres na divisão internacional do trabalho**. São Paulo: Timo, 2022.

MUSTO, Marcello. **Trabalhadores de todos os países, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2014.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**. São Paulo: Boitempo, 2021

PEDROSA, Mário. **A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SINGER, Paul. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: I. Loureiro (Org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. Fundação Rosa Luxemburgo: São Paulo, 2009. p. 13-33.

TOPOROWSKI, Jan. Rosa Luxemburg and finance. In: R. Bellofiore (Org.) **Rosa Luxemburg and the Critique of Political Economy**. Londres: Palgrave, 2009. p. 81-91.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.